

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 146 - Maio de 1978

EDITORIAL

Eleições: convergência das lutas setoriais na busca da democracia

E do conhecimento geral a precariedade das condições em que os comunistas participam no debate político que se desenvolve no país, em função dos múltiplos recursos com que conta o sistema de repressão para os impedir. Este editorial, por exemplo, está sendo escrito no momento em que uma greve importante se alastra entre os trabalhadores do setor mais destacado de nossa indústria, e em que um empresário dito liberal, o sr. Claudio Bardella, ocupa manchetes de jornais com declarações, no mínimo inoportunas, onde tenta jogar as lideranças da classe operária numa atitude aventu-reirista.

Estamos seguros que não conseguirá. Mas o essencial no conjunto é constatar que, no momento em que o empresariado recorre aos «slogans» da «ilegalidade da greve», a classe operária dava um exemplo de ordem e serenidade na utilização do instrumento mais específico de que dispõem para a obtenção dos seus direitos legítimos.

O que interessa registrar fundamentalmente à despeito do desenrolar deste movimento, é que esta greve não surgiu do nada. Ela é parte de um processo de acumulação de forças, um amadurecimento na busca de caminhos, e não é a primeira nem a última — nem tampouco a batalha decisiva — de uma série de manifestações que as massas trabalhadoras vêm desenvolvendo na luta pelo estabelecimento de um regime onde a sua participação seja não só respeitada como considerada indispensável.

E nas reflexões que estarão sendo feitas em cada fábrica, em cada local de trabalho, os mais responsáveis não podem deixar de ressaltar que a «briga» dos trabalhadores não é só contra os patrões, mas — e hoje de forma particular — contra um regime cuja essência é violentamente antioperária e, por isso, antidemocrática e antinacional. As massas trabalhadoras já deram provas muito expressivas de terem compreendido isto bem se relembra nos alguns episódios mais ou menos recentes. Mais ainda, têm dado significativos exemplos do seu grau de sensibilidade política com a escolha oportuna do instrumento de pressão. Em 1974 e em 1976, foram os centros operários que de forma mais evidente mostraram, através de votação maciça, o repúdio popular ao regime

atual. Agora, chegaram à greve. Uma greve que desperta uma imensa simpatia nacional, e que é — esperamos — o primeiro passo na superação de um dos problemas centrais da luta contra a ditadura: a atomização da participação da classe operária com suas formas próprias de luta.

Fundamental é, portanto, compreender que esta greve surge num momento extraordinariamente marcante do processo político nacional. Momento em que as mazelas do regime mais do que nunca se tornam evidentes, e em que o conjunto de forças democráticas — o MDB, em especial — é sujeito a toda espécie de pressões buscando a sua divisão. Dos cães da PM, em Salvador, às promessas de «auto-reformas» para amanhã se não chover...

É claro nada haver de surpreendente nessa manobra do regime. Dividir as oposições tem sido o objetivo buscado pela equipe Geisel desde a sua instalação em Brasília. Mas neste ano eleitoral, em que tudo denuncia uma vitória do MDB capaz de neutralizar até mesmo o arbítrio do «pacote de abril», este objetivo se torna muito mais premente, mesmo que outros «emtrulhos» possam ser postos no caminho como convém ao arbítrio.

Consideramos, então, de extrema oportunidade o que diz a Nota da Comissão Executiva a propósito da campanha eleitoral, que publicamos em nossas páginas centrais. Sem diminuir a importância dos instrumentos específicos, «os comunistas consideram necessário transformar as próximas eleições num amplo movimento de mobilização e de organização das massas populares». Não nos esqueçamos, é evidente, das restrições resultantes da Lei Falcão, mas, como diz a Nota, «não devemos aceitar os limites impostos pela pseudolegalidade do regime; temos de lutar, dentro das possibilidades que nos são dadas pelo avanço atual do movimento de massas e pela formação de uma ampla opinião pública oposicionista, no sentido de transformar tais limites em letra morta. Em outras palavras, cabe-nos ultrapassar — por todos os meios ao nosso alcance (comícios, encontros diretos, caravanas eleitorais, etc.) — as barreiras que as «leis» da ditadura querem levantar entre os candidatos oposicionistas e o conjunto dos eleitores».

Nota da Comissão Executiva do PCB

(Págs. 4 e 5)

Democracias: Partidos Comunistas na legalidade

(Pág. 2)

As «saídas» do regime. Os caminhos da oposição

(Pág. 3)

Qual é a influência do salário sobre a inflação?

(Pág. 7)

8 de Maio: uma data aviltada no Brasil de hoje

(Pág. 2)

Em debate: os militares e as forças democráticas

(Pág. 8)

Jornais publicam, VO comenta

Indignidade ou estupidez?

Oito de maio é, sem dúvida, uma das datas mais importantes da história contemporânea da humanidade: o fim da II Guerra Mundial; a derrota do nazismo alemão de Hitler; o reencontro em céu aberto das forças democráticas e progressistas de todo o mundo depois de cinco anos de passadelo e terror.

Não se pode esquecer, no entanto, o altíssimo preço pago pela vitória, e a tristeza que se abateu para sempre sobre alguns lares que não puderam ver a volta de seus pais, maridos, filhos ou irmãos. Se cantamos na nossa alegria característica a volta do «Cabo Laurindo coberto de glórias», não deixamos que se apague de nenhuma forma a lembrança dos heróicos pracinhas da FEB que ficaram nos campos da Itália.

Não podemos esquecer também o preço pago por outros povos para que, hoje, o oito de maio represente um dia de vitória para a democracia. E por isso, não é sem um misto de indignação e desprezo que nós, comunistas e democratas, nos vimos obrigados a ouvir as intervenções mesquinhas que o Alto Comando das nossas Forças Armadas preparou para as diversas comemorações em nosso país, tentando estabelecer uma sórdida identificação entre o que foi o fascismo das potências do Eixo e as forças que hoje lutam pelo socialismo e pelo comunismo em todo o mundo.

Para qualquer universitário, ou estudante, de um país civilizado, nada é mais evidentemente reconhecido do que, se inimigo ideológico havia daquilo que Hitler personificou, seguramente eles eram os comunistas. Do incêndio do Reichstag, nos anos 30, ao estabelecimento das milícias fascistas dos países ocupados pelas tropas alemãs nos anos 40, foi o combate ao comunismo que sempre se invocou. Em termos raciais, seis milhões de judeus foram assassinados pelo nazi-fascismo. Em termos ideológicos, foram mais de vinte milhões de soviéticos, além dos incontáveis comunistas que, ao lado das demais forças democráticas e patrióticas, se batiam nos países ocupados da Europa.

E não vem só daí a indignação e o desprezo dos comunistas brasileiros diante dos discursos leviões. Em nosso país, ninguém mais decididamente do que nós denunciou a ascensão do fascismo, nem ninguém mais consequentemente se dedicou a combatê-lo, e por isso pagamos com o cárcere e a tortura. Mas ainda sofremos na impossibilidade de impedir que Olga Benário Prestes, companheira então de nosso Secretário-Geral, fosse entregue, grávida, à Gestapo e terminasse assassinada num campo de concentração.

O que os generais e almirantes porta-vozes deste Alto Comando que invergonha as reais tradições da FEB omitem — mais por má-fé do que por estupidez ou ignorância — é que Olga Benário Prestes, lutadora internacionalista, foi entregue aos seus carrascos por aquele que, durante muito tempo, foi o principal líder político do regime fascista que eles hoje controlam militarmente: o general Filinto Müller. O que esses generais e almirantes escondem das novas gerações é que aqueles que em nosso país foram os principais propagandistas, os mentores e organizadores da nossa versão das «milícias nacionais» inspiradas organicamente e ideologicamente nas SA e nas SS nazistas, estes não hesitaram em apoiar o golpe de 64, e de se tornarem defensores do regime que até hoje oprime o nosso povo. A história pode ser falsificada momentaneamente pelos poderosos da hora. Mas a verdade definitiva sempre por vir à luz. E em nosso país, ela virá no momento em que as lutas crescentes do nosso povo terminarem por impor um clima de liberdade e de alargamento permanente das conquistas democráticas.

E nesse hora, independentemente das ameaças e mentiras dos atuais donos do poder, a Nação terá nos fatos da realidade objetiva a comprovação de que é com a cooperação dos comunistas que se criaram as condições melhores para que tais conquistas sejam realmente irrevogáveis.

O povo italiano se impõe às provocações

Comunistas e democratas-cristãos concordam em considerar que a Itália «resistiu bem» ao ato de desestabilização que se consumou no assassinato brutal de Aldo Moro. A concordância persiste quando se trata de considerar que as Brigadas «Vermelhas» falharam em seu intento de criar um estado de guerra civil, porque ficaram ainda mais isoladas politicamente. Com realismo, ambas as formações estimam que, longe de terem sido superados, os momentos difíceis da presente etapa — marcada pela constituição de uma maioria parlamentar que associa as três grandes correntes do movimento popular: católicos, comunistas e socialistas — vão se repetir, e ainda por um longo período.

Para os comunistas, a tentativa subversiva cometida pelas Brigadas «Vermelhas» é um momento da emergência do novo fascismo, uma das facetas do fascismo deste último quartel do século XX, e marca uma fratura na história italiana das três últimas décadas, pois jamais semelhante desafio fora lançado, mais do que contra o patrimônio democrático, contra o próprio patrimônio civil italiano.

«A barbárie moderna de que deram prova as assim chamadas BR é realmente impressionante», constata o diretor do jornal do PCI *L'Unità*, Alfredo Reichlin, que acrescenta: «Dá medo pensar que gente deste tipo viva entre nós».

Mas ele vê no assassinato de Aldo Moro também um sinal de desespero: «Isoladas da consciência popular, que ergueu desde o primeiro instante o muro da condenação e soube conservá-lo bem firme, sem histeria e sem concessões, as assim chamadas Brigadas vermelhas revelaram-se impotentes para dar uma conclusão «política» qualquer ao plano político que deveria irromper naquela trágica manhã de 16 de março».

A razão deste desespero? A Itália não é somente um país atravessado por uma profunda crise histórica, em que algo de decisivo está em jogo, mas também «aquele em que, mais do que em qualquer outro na Europa, se coloca um problema novo, inédito: a classe operária aproxima-se do limiar do governo, seguindo a via inexplorada de uma expansão da democracia e da identificação com ela» (Grifo nosso).

«Neste momento dramático para o País — afirma a nota divulgada pela Direção do PCI em 9 de maio, quando foi achado o corpo de Moro —, os trabalhadores, as massas populares, o partido consolidam sua unidade em defesa da República e de suas instituições. A mobilização unitária das forças do trabalho; de todas as forças democráticas é a resposta a dar aos que atacam a República antifascista, a quantos queiram fazer com que a Itália seja empurrada para trás, anulando-se as conquistas alcançadas, e jogada no caos e na aventura.

(...) Os corpos encarregados da segurança do Estado e dos cidadãos devem ser ajudados e apoiados no cumprimento de seu próprio dever de apresentar à justiça os assassinos e quantos os protejam, onde quer que estejam aninhados. Nesta obra, serão circundados pelo apoio pleno das massas

trabalhadoras e de toda a população.

Qualquer ação irresponsável tendente a difundir a desorientação e a criar a desordem no País deve ser repelida. O PCI convoca todos os camaradas e todas as organizações do partido à vigilância contra qualquer tentativa subversiva e a estender os mais firmes laços com todas as forças democráticas e antifascistas. Os comunistas estarão sempre na primeira linha da luta pela defesa, pelo reforço e pela renovação da República».

A democracia e a legalidade dos Partidos Comunistas

O Partido Comunista Mexicano conquistou sua plena legalidade. Desfruta agora, juntamente com o Partido Socialista dos Trabalhadores (esquerda) e o Partido Democrata Mexicano (direita), dos mesmos direitos constitucionais que o PRI (Partido Revolucionário Institucional) monopolizou durante longas décadas.

Saudamos com entusiasmo esta vitória dos comunistas e de todos os democratas mexicanos, entre os quais muitos membros do próprio PRI. Ela foi conquistada após uma longa luta, na qual desempenhou um papel de destaque a candidatura «ilegal» à Presidência da República apresentada pelo PCM, em 1976; o candidato Campa, veterano dirigente ferroviário, recolheu cerca de 1,6 milhão de votos. Ela reflete também importantes transformações sofridas pela sociedade mexicana.

Quem chegou a sonhar com uma Arena transformada em partido único à mexicana deve agora arranjar outro referencial; não existe mais o partido único à mexicana. Por sinal, está cada vez mais difícil encontrar um referencial contemporâneo. Felizmente.

O acontecimento unifica a América do Norte em matéria de legalidade dos PC e sua significação se amplia quando levamos em conta o processo de quebra do isolamento imposto a Cuba pelo imperialismo americano e seus aliados no continente. Além disso, também o PC da República Dominicana tem hoje sérias possibilidades de conquistar a legalidade. A verdade é que o Cone Sul da América Latina, que é o reino das ditaduras, vai ficando cada vez mais isolado em matéria de ausência total de liberdades democráticas.

Ao mesmo tempo, a Europa está se aproximando de uma situação em que todos os PCs existentes em seu território serão legais. Depois da Grécia, de Portugal e da Espanha, há fortes indícios de que o PC da Turquia (clandestino há 50 anos) poderá conquistar em breve a sua legalidade. Com a «integração» da parcela europeia da Turquia, será a primeira vez na história que se chega a este patamar mínimo geral de democracia política na Europa, em que todos os PCs são legais. Situação que terá de ser defendida com unhas e dentes, na base da lucidez e da pertinência no trabalho de massas, pois vai ser permanentemente confrontada a insatisfação de inimigos ainda numerosos e muito poderosos.

Regime em declínio busca suas saídas. Oposição não pode se iludir na luta pela democracia

O recuo expresso no anúncio oficial, feito por Geisel, da revogação do AI-5 e do decreto 477 tem grande significação: nada poderia minimizar o alcance histórico desta confissão de fracasso de um regime em declínio, que teve fumaças de pretensão a «durar mil anos», como sugeriu o ditador Médici no discurso pronunciado na inauguração do prédio do Ministério da Justiça, em Brasília. «A Revolução não foi: é e continua», diz o preâmbulo do AI-5.

Mais do que confissão de fracasso, o significado profundo do anúncio que o atual ditador foi obrigado a fazer é o de uma vitória das forças democráticas, da luta de resistência à ditadura e à fascistação que ela foi imprimindo à vida nacional.

Quem quiser compreender porque a ditadura vê-se na contingência de abrir mão dos parâmetros institucionais em que pretendeu encarcerar a nação precisa fixar a atenção no fenômeno mais importante da vida nacional — a reanimação do movimento de massas, visível desde 1972 — e acompanhar-lhe a trajetória, cujo ponto alto foi, até aqui, a derrota do fascismo nas eleições de 1974.

É aí também que se irão encontrar alguns dos problemas cruciais do quadro da fase antiditatorial cujos contornos estão em fase de definição. O campo democrático conseguiu deter a dinâmica do regime instaurado em 1964 e do golpe dentro do golpe de 1968. Sua resistência agravou os conflitos e as contradições no seio da ditadura e aumentou o isolamento político do regime. Esta ação, desenvolvida ao longo de anos e que assumiu as formas mais variadas, foi colocando a ditadura diante de uma opção: agravar o caráter terrorista e fascista do regime, arriscando-se a um isolamento perigoso e a uma queda incontrolada, ou tentar antecipar-se, «auto-reformar-se» para manter a coesão do bloco de forças sociais interessadas na conservação dos privilégios a que serve o «sistema».

É evidente, e já há algum tempo, que as forças que têm a última palavra dentro do «consórcio» que detém o poder inclinaram-se pela segunda hipótese. E aí mesmo reside uma vitória do campo democrático, porque sem resistência, sem luta, o próprio dilema não existiria, ou as forças «ultristas» do fascismo pesariam ainda mais na balança.

Mas é fácil perceber que, o problema maior não sendo o de reformar a ditadura, trata-se de uma vitória limitada e, como tal, sujeita a chuvas e tempestades, para dizer o mínimo. Mostrando a força e sobretudo o potencial do campo democrático, ela mostra também suas fraquezas: unidade ainda mais virtual do que real, organização que se refaz em condições estruturais e políticas difíceis, dificuldade, portanto, para traduzir a unidade virtual em ação concertada concreta, em torno de um acordo, ou pacto, ou organização de frente ampla. Politicamente, o que mais faz falta é a presença de uma força, ou melhor, de um

conjunto de forças capaz de assumir e levar a bom termo a tarefa de ligar os fios, construir as pontes, intermediar o diálogo, articular os elementos do edifício unitário, sobre a base do sentimento democrático e antiditatorial crescente, das ações de massa, dos movimentos amplos, das grandes manifestações coletivas (como foram as eleições de 1974 e serão as deste ano).

O anúncio oficial da revogação do AI-5 e do 477, seu subproduto universitário, é, assim, além de sintoma de declínio histórico do regime — quer dizer, um processo em profundidade, numa dimensão temporal histórica e não conjuntural, que não se confunde com as idas e vindas, os avanços e recuos da luta política cotidiana —, um símbolo dos limites em que hoje evolui o movimento oposicionista, na medida mesma em que foi feito pelo próprio ditador. Não é por acaso que Geisel foi à televisão não para anunciar a adoção imediata de uma medida concreta, mas para prometer que algo será feito em março de 1979, ou seja, depois das eleições. O gesto político tem um significado histórico, mas daí até seus resultados políticos efetivos há todo um cortejo de mediações e um leque aberto de possibilidades.

É por isso que convém combinar, na nossa visão do processo em curso, dois elementos relevantes. De um lado, a compreensão do significado profundo deste recuo de fato, recuo político da ditadura, acompanhada da consciência de suas causas profundas, isto é, do rumo que vai tomando a resolução da contradição maior que opõe o povo à ditadura.

De outro lado, a rejeição de qualquer ilusão relativa ao estado real da correlação de forças e, portanto, ao alcance real das medidas anunciadas. As «salvaguardas» da ditadura tendem a ser, como todos imaginam, uma tentativa de tornar o arbítrio mais «digerível». O fato de ela poder «antecipar-se» é também indicativo da correlação de forças.

A verdade é que um regime democrático estável terá que resultar de um amplo pacto político e social de cunho antifascista, ou não será democrático nem estável. Já dissemos, e repetiremos quantas vezes for necessário: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita, é a forma mais democrática, logo mais efetiva e realista, de formalização político-institucional de um tal pacto. Ela continua sendo a proposta para a substituição da ditadura. É preciso que as forças da democracia compreendam, maduramente, com realismo e senso da história, que todas as lutas devem convergir nesta direção, que todos os sucessos e avanços devem ser aproveitados para fazer com que a nação se aproxime deste objetivo.

A médio prazo, a batalha decisiva são as eleições de novembro. Foi pensando sobretudo neste momento crítico que a ditadura resolveu anunciar oficialmente que pretende revogar o Ato. Ela havia, com a nomeação dos futuros governadores, administrado à

nação — ponderáveis parcelas da Arena incluídas — mais uma dose cavalara de arbítrio. Deixara bem claro que, quando se trata dos processos decisórios, especialmente os relativos ao exercício do poder em seus diversos escalões, não abre mão do arbítrio integral. Ninguém é tão ingênuo que não tenha percebido o que este processo de designação de delegados estaduais significa. Como sempre, desde que a ditadura começou a constatar que a violência já não funcionava como «substituto» do consenso, ou ainda, desde que começou o «descolamento» de parcelas de seu próprio bloco para posições que, mesmo pretendendo-se autônomas, alinhavam-se cada vez mais no campo dos adversários do fascismo; como sempre, desde o fim do apogeu triunfalista, a violência e o arbítrio se alternam à chantagem do «mal menor», que é tornada possível justamente pela violência e pelo arbítrio. É que uma coisa é indissociável das outras: a ditadura é uma só, ainda que compreenda grupos diferentes, conflituosos e às vezes em franca oposição. Há uma lógica ditatorial que a tudo e a todos preside. É esta lógica que tem de ser banida da vida nacional.

Assim, a ditadura dá uma acetada e depois promete que vai ficar «boazinha», e só promete porque não tem outro jeito: por sua própria natureza, jamais proporia nada de positivo.

Não há «ditadura boa». As medidas, as «reformas», as «salvaguardas» ou o diabo que seja que os generais no poder anunciem vão depender da situação política concreta, da correlação de forças em escala nacional. Que vai ser medida, com maior ou menor deformação, nas próximas eleições.

Assim, as «medidas» dependerão substancialmente do resultado das eleições, e exatamente de forma inversa à contida nas ameaças do chefe do SN: quanto melhor for o resultado obtido pelo MDB, tanto menores serão as possibilidades da ditadura de impor o que lhe convém, de obter uma moratória que permita à reação ganhar tempo para reorientar sua estratégia de acordo com as modificações na realidade nacional e sua evolução previsível. Esta estratégia da «moratória» já está esboçada; sucessão do ditador «resolvida» por um período de seis anos, jogando para adiante este momento de crise; governadores e ministério escolhidos de modo a cimentar um acordo das facções mais importantes da ditadura; substituição dos atuais instrumentos de exceção por novos instrumentos de exceção; introdução do voto distrital ou assemblhado; uma política social que tendesse a «privilegiar» certas camadas da população; que teriam algumas de suas reivindicações mais prementes parcialmente atendidas; e, sobretudo, a divisão da frente oposicionista — algo que transcorrendo à divisão do MDB mas que passa por ela —, de modo a constituir uma «maioria governamental» num quadro «pluripartidário». Tudo indica, porém, que o campo democrático como um todo já percebeu as intenções da ditadura, embora aqui e ali haja, como é natural, vazamentos e hesitações.

O importante é que caminhemos para as eleições animados pelas vitórias já obtidas, compreendendo que ele é um grande instrumento para obter novas vitórias. Não vacilar, não subestimar as eleições em troca da miragem do oásis oferecida por Geisel, neutralizando, portanto, o que há de perigoso neste anúncio da revogação do AI-5 e do 477.

NOTA DA COMISSÃO A PROPÓSITO DA CA

1. As eleições legislativas programadas para novembro de 1978, embora devam ter lugar num quadro político assinalado por importantes transformações, apresentam certas características em comum com todas as eleições diretas ocorridas em nosso país depois do golpe de 1964. Condicionada desde o início por uma situação histórica determinada, que lhe impunha certos limites, por suas contradições internas e, sobretudo, ao longo do tempo, pela pressão de uma opinião pública crescentemente democrática, a ditadura militar-fascista viu-se na impossibilidade de suprimir as consultas eleitorais; nessas condições, ela sempre buscou valer-se de tais consultas para ampliar sua base consensual e para legitimar-se de algum modo perante o conjunto da Nação e a opinião pública internacional. Por outro lado, a grande maioria da oposição antiditatorial — e, em particular, o Partido Comunista Brasileiro — destacou desde o primeiro momento a importância dessas eleições como uma ocasião para a mobilização das correntes democráticas e populares, como uma oportunidade para conscientizar amplas parcelas da população acerca do caráter antinacional e antipopular das políticas postas em prática pelos sucessivos governos emanados do regime instaurado a partir do golpe de abril.

Nesse sentido, as eleições foram sempre — desde 1965 até 1976 — um momento privilegiado para golpear o regime, para colocá-lo em dificuldades. Compreendendo a força eleitoral da oposição, também foi uma constante, da parte da ditadura, a tendência a reduzir tanto quanto possível o espaço para a livre expressão dos eleitores. Da farsa das múltiplas inelegibilidades decretadas casualmente nas eleições de 1965 até o tristemente célebre «pacote de abril», passando pela supressão de eleições diretas para os cargos executivos mais importantes e para parte do legislativo, a ditadura não hesitou em valer-se de todos os meios pseudojurídicos ao seu alcance para desvirtuar o resultado das urnas e apresentar-se como «vitoriosa» nas consultas eleitorais. E não se deve subestimar o fato de que o recurso a leis arbitrárias e casuísticas sempre se fez acompanhar pela repressão direta, pelo uso da violência aberta contra as forças democráticas mais decididamente empenhadas na mobilização eleitoral, em particular contra os comunistas.

Nada disso impediu, todavia, que a oposição ao regime fosse o traço dominante de praticamente todas as eleições diretas realizadas depois de 1964. Esse traço se acentuou, sofrendo uma transformação de qualidade, quando das eleições legislativas de 1974. Superado o equívoco de protestar contra a ditadura por meio do voto nulo ou em branco — equívoco que o nosso Partido sempre combateu com ênfase —, o conjunto da opinião pública democrática e amplos setores da população compreenderam a importância antiditatorial do voto oposicionista, tornando assim possível a grande e inequívoca vitória do MDB, o qual consolidou a partir de então o seu caráter de frente política unitária das principais tendências antiditatoriais do País.

2. Essa vitória representou um ponto de inflexão na evolução do regime. Tornou-se evidente o seu isolamento em face da grande maioria da Nação. Começa então para a ditadura um período de declínio, que os estrategistas do regime tentam hoje neutralizar por meio de promessas de «auto-reforma»,

cujo objetivo central é retomar a iniciativa do processo político e conduzi-lo no sentido de dar uma nova feição jurídico-institucional ao arbítrio, mantendo seus traços fascistas essenciais.

As investidas desfechadas pela ditadura para dividir a oposição, semear a confusão e fazer passar o seu projeto não escondem a gravidade da crise com que ela se defronta. Se a «candidatura» do chefe do SNI acabou sendo imposta, através de processos que até mesmo correntes ligadas ao sistema não hesitaram em chamar de «monárquicos», ela provocou um descontentamento generalizado, agravado pela nomeação dos governadores. As dificuldades profundas enfrentadas pela ditadura são atestadas pela promessa oficial de revogação do AI-5 e do decreto 477. Os detentores do poder procuram meios de prorrogar a vigência histórica do regime, mas dentro de condições que eles não podem ditar.

Ainda dispõem de uma força real que não pode ser subestimada, mas sua margem de manobra é menor: a ampliação das lutas de resistência — reivindicatórias e democráticas — e a crescente combatividade do movimento de massas e das forças democráticas vão marcando o processo de declínio por que passa o regime. A greve dos operários automobilísticos paulistas é um sinal precioso desta evolução. Longe de ser isolado, ele mostra que é a sociedade inteira que se movimenta. O conteúdo objetivamente oposicionista do «programa» lançado por Magalhães Pinto, a firme posição democrática expressa em recentes pronunciamentos dos bispos católicos em favor de uma anistia ampla e irrestrita, as corajosas declarações de militares da ativa e da reserva em defesa da democracia e do fim do arbítrio, o espírito unitário e combativo revelado pelas lideranças mais expressivas do MDB, todas essas manifestações indicam a possibilidade concreta de formação de uma ampla frente contra o atual regime, capaz de suscitar, durante a campanha eleitoral, as energias necessárias para uma vitória oposicionista ainda mais clara e insofismável do que a de 1974.

Nesse sentido, os comunistas julgam que as eleições de 1978 — ao lado de seu objetivo central, ou seja, o de contribuir para que nos aproximemos do fim da ditadura por meio de uma sua inequívoca derrota eleitoral — ganham ainda uma outra dimensão mais concreta: elas devem se transformar na expressão do repúdio nacional contra as manobras pseudo-reformistas da ditadura, devem se converter numa manifestação categórica em favor da completa democratização da vida nacional e contra a perpetuação do fascismo sob novas vestes.

3. Nós, comunistas, acreditamos que o fortalecimento do MDB e, conseqüentemente, a luta pela sua unidade é um pressuposto básico da derrota eleitoral do regime. Como único partido oposicionista legal, o MDB é formado por várias correntes de pensamento e, desse modo, não pode deixar de revelar elementos contraditórios em sua atuação.

São muitas as tendências que se expressam em seu seio, algumas conciliadoras, outras até mesmo adesistas; mas não se pode esquecer a presença marcante de correntes identificadas claramente com as causas populares e antiimperialistas. Além do mais, a bandeira oposicionista levantada pelo MDB em seu conjunto — e expressa em seu programa — é capaz de acolher e representar, ainda que de modo insuficiente, os interesses de um amplo leque de grupos, camadas e classes sociais que se opõem, por uma ou por outra razão, à ditadura militar-fascista implantada em nosso País.

O que hoje unifica tais interesses, tornando legítima sua expressão convergente através do MDB, é a luta pela conquista das liberdades democráticas, de um regime capaz de pôr fim ao fascismo e ao autoritarismo, abrindo espaço para uma crescente participação organizada do povo nas grandes decisões nacionais. Por isso, embora convoque os brasileiros a sufragar os candidatos mais combativos do MDB, os mais identificados com as causas populares e antiimperialistas, o PCB considera que *todo voto atribuído ao MDB é um voto de oposição, de repúdio à continuação do arbítrio e, nesse sentido, é um voto válido e democrático.*

Desde que o regime, no bojo de suas posturas de «reforma», colocou a questão do possível aumento do número dos partidos tolerados, tem-se falado insistentemente na criação de novas agremiações partidárias, com a conseqüente dissolução do MDB. Nós, comunistas, queremos reafirmar nesta oportunidade nossa posição de princípio em favor do pluripartidarismo. Consideramos o pluripartidarismo como condição necessária para a existência de uma democracia efetiva no Brasil; porém, mais do que isso, julgamos que a pluralidade de partidos é um caminho privilegiado de acesso e de construção do socialismo em países nos quais, como o nosso, existem forças de diferente inspiração ideológica — desde o cristianismo até o marxismo — empenhadas em aprofundar a democracia no sentido de uma sociedade socialista.

Todavia, julgamos que, na atual situação concreta, seria equivocado precipitar a formação aberta de novos partidos, na medida em que isso enfraqueceria a unidade oposicionista atualmente representada pelo MDB e favoreceria as manobras divisionistas e diversionistas do regime. Isso não significa, de modo algum, que sejamos contrários às articulações já em curso no sentido de consolidar a organização de correntes e tendências que, no momento preciso, venham a se cristalizar em partidos políticos ideologicamente homogêneos. Nós, comunistas, embora tenhamos sempre lutado pela formação de uma ampla frente unitária, reivindicamos o direito de passar à vida legal, como partido desfrutando dos mesmos direitos que todas as formações que venham a se constituir numa reorganização democrática da vida brasileira; não poderíamos, assim, negar às demais correntes um direito semelhante ao que

EXECUTIVA DO PCB CAMPAÑA ELEITORAL

reivindicamos para nós.

Portanto, a advertência que fazemos contra os riscos de uma fragmentação do MDB antes das eleições — ou mesmo antes do fim do regime — baseia-se numa análise da situação concreta e não numa posição de princípio. O aparecimento de correntes ou de embriões de novos partidos não deve impedir sua unificação no seio do MDB, unificação realizada em torno da plataforma democrática expressa no programa dessa agremiação política de caráter frentista. E essa unificação deve ser preservada mesmo na eventualidade, nada improvável, de que o regime, mediante um ato de arbítrio, dissolva os atuais partidos antes ou depois das eleições, com o objetivo de minimizar ou anular a vitória da oposição. Todos os candidatos que concorrerem às eleições na legenda do MDB deveriam assumir o compromisso público de se manterem unidos numa mesma agremiação política, seja ela um partido ou uma frente, até que fossem conquistadas todas as liberdades democráticas contidas no programa atual do MDB.

4. Os comunistas consideram necessário transformar as próximas eleições num amplo movimento de mobilização e de organização das massas populares. As eleições legislativas são o fato político mais importante do ano. Decerto, são inúmeras as restrições a uma plena explicitação da dinâmica eleitoral. As eleições irão se realizar num quadro marcado pela presença da iníqua Lei Falcão, pelos esforços contidos no «pacote de abril» e, sobretudo, pelo clima de insegurança e mesmo de terror que a continuação do fascismo ainda impõe ao nosso povo. Mas os verdadeiros democratas e, em particular, os comunistas não podem se deixar intimidar por essas limitações, não podem se deixar contaminar pelo ceticismo. Não devemos aceitar os limites impostos pela pseudolegalidade do regime; temos de lutar, dentro das possibilidades que nos são dadas pelo avanço atual do movimento de massas e pela formação de uma ampla opinião pública oposicionista, no sentido de transformar tais limites em letra morta. Em outras palavras, cabe-nos ultrapassar — por todos os meios ao nosso alcance (comícios, encontros diretos, caravanas eleitorais, etc.) — as barreiras que as «leis» da ditadura querem levantar entre os candidatos oposicionistas e o conjunto dos eleitores.

E evidente que, dado o quadro legal imposto pelo regime, as eleições não podem ser consideradas o único instrumento de eliminação da ditadura. Portanto, a justa preocupação com a campanha eleitoral não deve levar à subestimação de outras formas de luta antiditatorial, ligadas à mobilização de amplos setores populares, assim como de camadas e setores específicos (lutas e movimentos de trabalhadores e estudantes, campanhas contra a carestia de vida, luta pela anistia, etc.). Acreditamos, contudo, que essas formas necessárias de manifestação política extra-eleitoral podem ser favorecidas pelo ambiente da campanha eleitoral e, ao

mesmo tempo, sem perderem sua autonomia, devem desembocar numa ativação e fortalecimento dessa mesma campanha eleitoral. As eleições, assim concebidas, podem se converter num grande desagudouro dos vários protestos setoriais contra a ditadura e, desse modo, representar um momento decisivo no processo que levará ao fim do regime.

5. Os comunistas conclamam todas as forças democráticas e oposicionistas a se unirem em torno de uma plataforma eleitoral comum. Essa plataforma deve ser capaz de vincular as reivindicações específicas das várias classes e camadas sociais, em particular dos assalariados, às reivindicações político-democráticas mais gerais. Deve partir da denúncia concreta das várias medidas adotadas pelo regime em diferentes campos (social, político, econômico, cultural, educacional, etc.), indicando como todas elas emanam de uma política geral homogênea, como todas são expressão direta ou indireta da defesa dos interesses dos grandes monopólios nacionais e, sobretudo, estrangeiros. Devemos mostrar, durante a campanha eleitoral, que o caráter ditatorial do regime — que se encarna no uso sistemático do arbítrio e do terror — resulta precisamente do conteúdo antinacional e antipopular da política que adota nos vários domínios. Esse conteúdo leva o regime a se pôr em conflito com a esmagadora maioria da Nação; representante de um punhado de grandes capitalistas, a ditadura não prejudica apenas os setores assalariados, embora esses sejam as suas maiores vítimas; são também prejudicados o conjunto das camadas médias, os camponeses e os pequenos produtores agrícolas, os pequenos e médios empresários nacionais. A todos esses setores deve se dirigir a pregação democrática das forças oposicionistas, mostrando como somente um regime fundado nas mais amplas liberdades democráticas tornará possível o encaminhamento de suas reivindicações específicas.

As correntes populares e, com mais razão ainda, os comunistas devem dar particular atenção, durante a campanha eleitoral, às reivindicações da classe operária, cuja presença na vida política brasileira tem crescido significativamente nos últimos tempos, e já agora com a utilização de suas formas específicas de luta, como a greve. Essas reivindicações — fim do arrocho salarial, retorno à contratação coletiva, direito de greve, liberdade sindical, revisão do FGTS etc. — possuem um caráter eminentemente democrático, na medida em que interessam à grande maioria da população brasileira e em que se chocam frontalmente com os interesses de classe representados pela ditadura. Por outro lado, a mobilização da classe operária e, em geral, do conjunto dos assalariados urbanos e rurais é elemento essencial para uma grande vitória oposicionista nas eleições; mais que isso, é condição absolutamente necessária para a eliminação da ditadura militar-fascista e para a construção de uma efetiva democracia em nosso País.

No plano das reivindicações políticas ge-

rais, que devem formar a base da plataforma eleitoral que propomos ao conjunto da oposição, nosso Partido sugere concentrar a campanha eleitoral na luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte, considerada como pressuposto da instauração de um regime democrático entre nós. Mas julgamos que a convocação de uma Constituinte deve ser precedida por algumas medidas democráticas, exigidas hoje pela esmagadora maioria da opinião pública nacional:

- 1) anistia ampla e irrestrita;
- 2) fim de todos os atos e leis de exceção;
- 3) restabelecimento do habeas corpus em sua plenitude;
- 4) respeito à livre organização partidária, sem discriminação de nenhuma espécie;
- 5) completa liberdade sindical.

Os comunistas consideram tais medidas como a base mínima para um efetivo processo de reconciliação nacional, capaz de permitir — num clima de onde estejam ausentes tanto o ódio anticomunista alimentado pela ditadura quanto qualquer espírito revanchista mesquinho — o amplo debate democrático de todas as forças representativas do País. Um debate que deverá encontrar sua expressão institucional precisamente na instalação de uma Assembleia Constituinte dotada de plenos poderes.

Exatamente por combatermos o revanchismo, julgamos de grande importância ressaltar, durante a campanha eleitoral, o papel que as Forças Armadas brasileiras podem e devem ter na consolidação de uma sociedade democrática. Para isso, é necessário que o conceito de segurança nacional passe a se vincular estreitamente, por um lado, à defesa da soberania e das riquezas do nosso País contra a expolição dos monopólios estrangeiros, e, por outro, à garantia dos direitos dos cidadãos contra toda forma de arbítrio e de prepotência. Não são poucos os militares, da ativa e da reserva, que se vêm pronunciando ultimamente no sentido da plena democratização do País. Os comunistas chamam o conjunto dos militares a votarem pela oposição, a se incorporarem ao vasto movimento dos que hoje se opõem ao poder arbitrário dos monopólios internacionais. Um poder que, embora exercido em nome do conjunto das forças armadas, não serve aos reais interesses da corporação militar e não leva em conta a opinião da maioria esmagadora dos seus integrantes.

6. Os comunistas conclamam todos os democratas a participarem intensamente na campanha eleitoral. Acreditamos que as eleições podem ser uma preciosa oportunidade para golpear a ditadura e derrotar seus planos de perpetuação no poder através de pseudo-reformas.

Chamamos a atenção dos militantes do Partido para o fato de que as eleições são também um poderoso meio para, por um lado, aumentar a influência de nosso Partido no seio das massas, e, por outro, fortalecer o espírito unitário das várias correntes antiditatoriais. O aumento da influência dos comunistas e o fortalecimento da unidade do conjunto da oposição serão, por seu turno, uma garantia e uma condição para que se possa alcançar um novo patamar nas batalhas pela democracia que continuarão a ser travadas depois das eleições.

A Comissão Executiva do
Comitê Central do PCB
maio de 1978

Problemas sociais

Menor trabalhando já está errado. Pior ainda se não tiver direitos protegidos

Recentemente, o general Geisel, assessorado pelo Ministério do Trabalho, preparou, para enviar à discussão do Parlamento, um projeto de lei estabelecendo como salário do menor os 50% do salário do trabalhador adulto.

Se o assunto não entrou imediatamente nas cogitações daquele órgão legislativo, deve-se ao fato de ter havido um recuo momentâneo do Governo diante da grita geral dos sindicatos contra mais essa medida discriminatória contra o menor que trabalha e de evidente desrespeito à lei que determina: «a trabalho igual, salário igual».

Já em 1967, a nova Constituição baixara de 14 para 12 anos o limite para o ingresso de menores no mercado de trabalho, expressando assim o governo ditatorial o seu desejo de permitir uma exploração mais intensa da mão-de-obra infantil e juvenil.

Se considerarmos que, no Brasil, 10 milhões de menores, aproximadamente, já exercem alguma atividade remunerada, os fatos acima referidos devem despertar a atenção do movimento sindical brasileiro para uma tomada de posição mais efetiva em defesa dos interesses de uma das mais importantes componentes da massa trabalhadora: o menor.

A situação de exploração desenfreada da mão de obra infanto-juvenil satisfaz plenamente a necessidade dos monopólios nacionais e estrangeiros de acumular super-lucros. E por isso não vacila em usar o poder do Estado para utilizar toda a mão de obra disponível no mercado de trabalho, tanto nas zonas urbanas quanto na rural. É preciso assinalar que no campo a mão de obra de menores é maior, sendo em grande parte desconhecido o real contorno de sua dimensão e importância.

Nas Zonas Urbanas: a exploração do menor ocorre sob as mais variadas formas, muito embora seus interesses estejam formalmente amparados por força da lei (CLT, capítulo IV).

Um levantamento da Secretaria do Trabalho de S. Paulo demonstrou que 85% dos menores que trabalham na capital estão empregados em fábricas e apenas 15% em escritórios. É justamente nas fábricas que ocorrem as maiores irregularidades. Estas, não são facilmente comprovadas por dois motivos: em primeiro lugar, porque o serviço de fiscalização do juizado de menores tem um número reduzido de pessoal para cobrir toda a área da capital; em segundo, porque os menores se negam a admitir que elas existem, com medo de perder seu posto e, assim, deixar de ajudar financeiramente suas famílias.

Porém, apesar das dificuldades existentes, muitas coisas vão sendo denunciadas.

Em relação aos salários. Sabemos que nesse terreno é onde o trabalhador menor é mais explorado. Embora revogada a lei que determinava que até 15 anos o menor empregado recebesse somente 50% do salário mínimo e 75% nos anos seguintes, ela continuou sendo aplicada. E agora com um agravante. Enquanto a lei revogada só permitia o emprego de menores em trabalhos leves, a verdade é que, hoje, a partir de 15 anos, o

menor é colocado na linha normal de produção, devendo produzir o mesmo que um adulto, mas sempre recebendo um salário menor. Isto é mais grave na categoria do menor aprendiz, que deve cumprir um programa estabelecido pelo SENAI e SENAC com duração de um a três anos. Nesse período, ele recebe 50% do salário mínimo, seja qual for a sua idade. Completado o aprendizado, o menor deve passar a receber salário mínimo na área profissional. No entanto, grande parte dos empregadores fazem um contrato de aprendizagem de três anos e, pouco depois, colocam o menor na linha de produção com salário de aprendiz. Essa irregularidade é constatada com frequência na indústria de fiação e tecelagem que possui grande número de menores em suas fileiras. Vejamos dois exemplos: a aprendizagem de maquinista de fiação pode ser feita em um mês, mas os contratos são normalmente de três anos. O mesmo ocorre no setor de tecelagem, onde o aprendizado dura um ano. Assim, o salário do menor, mesmo que já tenha terminado o aprendizado, continuará a ser de 50% em relação ao salário do tecelão adulto durante três anos.

Segurança no Trabalho. A lei proíbe ao menor trabalhar em horas extras, em trabalho noturno ou em locais insalubres. Mas o que sucede na prática?

No levantamento da Secretaria do Trabalho de S. Paulo ficou evidente que mais de 63% dos menores pesquisados trabalhavam mais de oito horas por dia, o que — é claro — lhes impede de frequentar a escola. O problema de horas extras se verifica sobretudo nas indústrias de confecções onde trabalham principalmente mulheres. Isto ocorre, por exemplo, nas indústrias situadas nos bairros de Braz e Bom Retiro que ocupam mais de 5.000 menores, em sua maioria mulheres.

Mas, verdadeiramente revoltante, é a situação de insegurança e falta de higiene no trabalho do menor. Nas indústrias metalúrgicas ele é contratado como ajudante geral e acaba trabalhando em máquinas interditas a menores — prensas, tesourões elétricos (para cortes de chapas) o que tem levado a sérios e frequentes acidentes de trabalho. O mesmo ocorre na indústria de vidro, onde um terço dos empregados é formado de menores de 18 anos. Nessas empresas é comum os meninos trabalharem em temperaturas elevadas, sem camisa ou outra proteção qualquer, (luvas, etc.) em condições em que estão sujeitos a riscos de queimaduras.

Finalmente, gostaríamos de nos referir ao menor que compõem o mercado não formalizado de trabalho (vendedores de quinilhanias, engraxates, entregadores de feiras, trabalhadores com a família em comércio ou pequena indústria, trabalhadores domésticos etc.), que, exatamente por não possuir registro de trabalhador não dispõe de qualquer amparo da lei. E, por isso mesmo, as crianças são ali vilmente exploradas por adultos da família ou estranhos.

Nas zonas rurais. A exploração do menor no campo é ilimitada. O Estatuto do Trabalhador Rural não contém qualquer dispositivo relativo ao trabalho do menor. Isto torna-se mais grave se considerarmos a participação crescente da mão de obra infanto-juvenil nas zonas agrícolas.

De 1970 a 1975, o número de pessoas trabalhando na agricultura passou de 17,6 milhões para 21 milhões, havendo portanto um acréscimo de 19,75%. Cabe destacar que, de acordo com os dados publicados na Sinopse

Preliminar do Censo Agrário pelo IBGE, o aumento do pessoal ocupado de 14 anos ou mais na agricultura foi de 12,9% enquanto que o aumento da força de trabalho infantil de menos de 14 anos foi de 54,52%. Isto significa que a participação da mão de obra infantil sobre o total de pessoas ocupadas na agricultura passou de 16,5%, em 1970, para 21,3%, em 1975, chegando a mais de 30% na maior parte da Região do Norte. Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, (4,5 milhões em 1975), especialmente nas faixas de 11 a 13 anos, estão hoje contribuindo para a produção agro-pecuária e para a renda de suas famílias. É esta a razão porque o menor em idade de escolarização recebe no campo uma enxada em lugar de um livro para estudar, o que contribui para manter o alto nível de analfabetismo das zonas rurais de nosso país.

A criança de 11 a 13 anos que hoje sai para o trabalho às 5 horas da manhã na condução dos trabalhadores volantes e que retorna à casa às 18 horas — mesmo ganhando menos que o adulto consegue arrecadar de Cr20 a Cr50 cruzeiros para os pais, ingresso indispensável ao orçamento familiar. Mas, veja-se bem, eles não tem carteira de trabalho, não tem idade limite para iniciar sua atividade, não estuda, não tem direito às férias, desconhece o mínimo lazer. É um adulto precoce. Um velho em plena infância.

Essa situação existe num país como o Brasil que é signatário da Declaração dos Direitos da Criança da ONU. E ela é particularmente trágica no momento em que, em 1º de junho deste ano, comemora-se em todo o mundo mais um Dia Internacional da Infância.

A partir dessa constatação, é preciso re-lembrar já que estamos vivendo os preparativos para as realizações que deverão assinalar 1979 como o Ano Internacional da Criança. Proclamado pela ONU em sua 31ª Assembleia, o AIC será comemorado em todas as partes POR UM FUTURO PACÍFICO E SEGURO PARA TODAS AS CRIANÇAS. Surge assim para o movimento sindical brasileiro uma excelente oportunidade para se incorporar à grande batalha internacional em defesa dos direitos da criança. Que as trabalhadoras e os trabalhadores saibam organizar, durante o AIC centenas de reuniões, em defesa da criança que trabalha, que ajuda com seu suor a construir a riqueza da nação e que já compõe, por seu número, uma destacada parcela da massa trabalhadora brasileira.

Nesse campo muitas coisas poderão ser feitas: mesas redondas, conferências, simposios e seminários para estudo da situação do menor que trabalha visando à codificação de suas principais reivindicações e incorporação destas aos programas de lutas das massas trabalhadoras. Elaboração de novas leis para a sua proteção e organização de programas de luta, ações conjuntas pela aplicação das leis existentes, pela denúncia das burlas que ocorrem nesse terreno.

Nós, comunistas, deveremos estar sempre à frente de iniciativas desse tipo. A isso nos obrigam o sagrado direito de defender o desenvolvimento harmonioso das jovens gerações do País, a necessidade de uma identificação nossa com o grosso das massas trabalhadoras e a vontade que devemos ter de contribuir efetivamente para o êxito das comemorações do ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA.

Salário: causador ou vítima da inflação?

Agora que as lutas operárias derrubam os mitos da «paz social» é bom lembrar que a história não perdoa bravatas como a proferida pelo tristemente célebre Ministro da Fazenda. «A fórmula de reajuste — dizia Simonson — serve para simplificar e desmatarizar a aplicação de reajustes de salários nos dissídios coletivos; esses não são mais decididos na base de pressões e greves, mas por um rápido cálculo matemático». Hoje, o ministro e todos os agentes do capital devem ter-se convencido que as computadoradas servem para tudo menos para aprisionar a luta da classe operária. A responsabilidade disto é da crescente onda de greves — cume de uma série de movimentos reivindicatórios que se desenvolvem em todo o país, combinando a luta por aumentos de salários com exigências de mudança nas regras políticas, arbitrariamente estabelecidas pela ditadura dos cartéis e latifundiários. Assim, o proletariado brasileiro está demonstrando ter clareza da natureza oligárquica do regime econômico, e ter aprendido a enfrentar os enganosos mecanismos da inflação.

Os trabalhadores em greve combatem a política de arrocho salarial, aplicada com o pretexto de frear a inflação. Ao mesmo tempo, num movimento convergente, amplos setores populares lutam contra a alta do custo de vida, que é a expressão mais palpável da inflação crônica.

O governo reage a essas pressões populares com novas falsificações dos indicadores da inflação e troques no reajuste salarial. Em meio de tudo isto, desaparece a escassa credibilidade dos dados oficiais sobre preços, pois existem razões — de sobra para afirmar que, de aplicar-se o método de cálculo internacionalmente consagrado, o índice de aumento da inflação teria sido no ano passado superior a 46% (e não 38% como anuncia o governo). Em realidade, os preços vêm subindo continuamente; em 1976: 42,83%; em 1977: 46,95%; em fevereiro último subiu 4,11%...

A questão crucial consiste em que aumenta a distância entre o conjunto dos salários e o conjunto dos lucros. A participação dos salários no produto gerado pela indústria de transformação, caiu de 32%, nos anos 50, para 20%, em 1975. Considerando só os salários do pessoal diretamente ligado à produção (excluídas as remunerações dos executivos e administrativos, ligadas — em boa parte — aos lucros) essa participação dos salários no produto da indústria de transformação cairia ainda mais: de 24%, nos anos 50, para 15%, em 1975.

A distribuição da renda nacional entre lucros e salários é a relação quantitativa que melhor caracteriza o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a maximização do lucro explica todas as grandes opções da política econômica do regime, concretamente, a política de arrocho salarial, distorcido nominalmente pela inflação.

Precisamente, por isso o governo do grande capital não pode atacar as causas reais da inflação: as estruturas da propriedade e da distribuição da renda. O máximo que pode fazer é frear temporariamente a taxa de

inflação, às custas dos salários reais e dos rendimentos dos trabalhadores autônomos e, inclusive, dos capitalistas mais desprotegidos. Com esse fim, ele falsifica as causas do fenômeno inflacionário, pretende dar a impressão de controlar o «desequilíbrio» da atividade econômica, contendo o aumento da oferta monetária e creditícia, e sobretudo impõe reajustes salariais inferiores ao aumento do custo de vida. Entretanto cresce o lucro dos capitalistas. No curto período de 1973 a 1976, o lucro real dos 50 maiores bancos do país aumentou um 260% (frente a um aumento do 26% no PIB).

A despeito das teses oficiais, os aumentos de salários, além de não acompanharem os aumentos do custo de vida, não acompanharam — nem de longe — os acréscimos da produtividade e do PIB. A partir de 1968, a produtividade do trabalho cresceu a uma média de 5% ao ano, enquanto o salário mínimo (que ainda é máximo para, pelo menos, 40% dos assalariados) sofreu uma queda em termos reais. No setor de mais altos salários — na metalurgia — o aumento da produtividade em 1968-1978 foi superior a 100%. De considerar-se isso, o reajuste salarial de 1978 não poderia ser inferior a 239%.

Em pura hipótese, de acompanhar o aumento do PIB (duplicado na última década) e o crescimento do custo de vida (multiplicado por 8 ou 10 nesse período) o salário mínimo teria que ser de uns... 10 mil cruzeiros. Evidentemente, os postulados oficiais que dizem ligar o salário mínimo à produtividade, ao PIB, ao custo de vida e à inflação, não passam de mitos. Aplicando um critério mais modesto, o critério da razão alimentar mínima, legalmente admitida, o salário mínimo para uma família de quatro pessoas, deveria ser hoje de 4200 cruzeiros, mas com o reajuste recente ficou apenas em 1.111 até 1-150 cruzeiros. Isso apenas representa 1/3 do salário necessário.

A luz desta gritante iniquidade resulta bizarro tomar a sério as teses oficiais que pretendem explicar a inflação pela multiplicação espontânea dos meios de pagamento, provocada — em particular — pelos aumentos de salários. Essas teses caem num círculo vicioso: a inflação seria produto do aumento dos meios de pagamento, o qual, por sua vez, estaria determinado pela inflação.

Em rigor o fenômeno inflacionário só transmite pressões que chegam ao sistema de preços (das mercadorias e do dinheiro), originadas pelos desequilíbrios e perversidades das estruturas produtiva e comercial e das contas do país com o exterior. Os impulsos originários devem ser procurados nas posições de comando das corporações internacionais, das grandes empresas e latifundiários associados, que garantem seus superlucros e super-rendas aplicando preços de monopólio, juros usurários, obtendo subvenções do Estado e lucros fáceis na especulação imobiliária e financeira.

Em definitivo, a inflação é um mecanismo de redistribuição de recursos — dos assalariados e recebedores de rendimentos rígidos, para os beneficiários de lucros privados e de rendas públicas.

Sendo os primeiros prejudicados, os trabalhadores — obviamente — são também os mais interessados em combater a inflação. Por isso estão se mobilizando contra o aumento do custo de vida, fazendo greve por salários que acompanhem os preços reais de tudo aquilo que precisam para viver humanamente.

R. Paulo

Prestes recebe condecoração na Tchecoslováquia

Por ocasião das comemorações de seu octogésimo aniversário, o camarada Luis Carlos Prestes foi condecorado pelo governo da República Socialista da Tchecoslováquia em cerimônia presidida por Gustav Husak, primeiro secretário do Partido irmão.

Na ocasião, Prestes manifestou sua profunda emoção e agradeceu as palavras do camarada Husak ressaltando ver na condecoração «uma homenagem e um estímulo para a luta que nós, comunistas do Brasil sustentamos contra a opressão imperialista e a exploração capitalista do nosso povo, pela completa independência nacional de nossa Pátria, pela paz mundial, a democracia e o socialismo».

Lembrou que naquele momento seus pensamentos se voltavam «para os membros de nosso Partido que com o risco da própria vida, mantêm erguida em nosso país as bandeiras revolucionárias, mantêm aceso o facho do ideal comunista por que todos lutamos».

Prestes falou a seguir do interesse com que os comunistas brasileiros acompanham a atividade de seus irmãos tchecos, e de sua satisfação pela forma como eles conseguem vencer as maiores dificuldades, e enfrentar a agressividade do imperialismo e dos que fazem o seu jogo. Saudou ainda a fidelidade ao marxismo-leninismo e a amizade fraterna que une o povo tcheco ao povo da União Soviética e ao PCUS.

Mais adiante, se estendendo ao propósito da ofensiva anticomunista e antisoviética que é desenvolvida pelo imperialismo nos dias atuais, Prestes precisou de que forma essa ofensiva nos diz respeito, a nós brasileiros em particular. «Com o golpe militar reacionário de 1964 quiseram as forças da reação interna, abertamente estimuladas e apoiadas pelo imperialismo langue, levantando a bandeira do anticomunismo, barrar o caminho do nosso povo para a independência e o progresso social. O golpe contrarrevolucionário instaurou no país uma ditadura militar reacionária que evoluiu no sentido do atual regime militar fascista, de uma ditadura terrorista aberta do capital financeiro mais reacionário. Nosso Partido sofreu duros golpes e sérias perdas, mas como já acontecerá outras vezes em seus 56 anos de vida, não pôde ser aniquilado. Rearticula suas forças e, à frente da classe operária e de amplas massas populares, alcança êxitos no caminho da luta pelas liberdades democráticas, faz esforços por organizar e unir a todos os patriotas e antifascistas. E está seguro de que à frente da classe operária derrotará o fascismo e abrirá caminho para a vitória da revolução democrática e nacional, que levará nosso povo ao triunfo do socialismo no Brasil».

Prestes terminou seu discurso lembrando o contexto internacional, amplamente favorável às perspectivas dos democratas no Brasil, assim como saudando as palavras do camarada Husak no último Congresso do Partido Tcheco.

Por uma política militar unitária de oposição

A rubrica «debate» é onde a redação de VO pretende que sejam lidos os artigos voltados para temas onde as nossas idéias mereçam ser submetidas a uma elaboração mais profunda, ou até mesmo a uma atualização. A questão militar em nosso país se inscreve nessas exigências. Já tratamos dela várias vezes, mas as nuances de interpretação não podem ocultar uma meta comum a todos os articulistas: o de colaborar para que o pensamento democrático passe a porta dos quartéis.

A ampla frente das forças democráticas que se propõe a liquidar a ditadura está diante da necessidade de elaborar com rapidez os pontos comuns de uma política dirigida às Forças Armadas e aos militares brasileiros. Sem excluir outras preocupações, essa política deverá ser orientada para a solução de dois problemas da maior atualidade. Em primeiro lugar, como lograr o isolamento da minoria de militares fascistas que detêm o comando real das Forças Armadas, mantendo-as virtualmente na qualidade de suporte principal e decisivo da ditadura, e, em segundo lugar, como criar as condições para impedir que os militares, ou pelo menos a maioria deles, venham a ser utilizados no futuro para liquidar as amplas liberdades políticas que o grande movimento de massas do povo brasileiro se propõe a conquistar? Diante dessa preocupação, comum a todos os democratas, que idéias e proposições têm os comunistas a apresentar para que sejam examinadas pelo conjunto das forças realmente interessadas na liquidação da ditadura fascista em nosso país?

Não há dúvida que o isolamento da minoria fascista que detém o comando real das Forças Armadas só poderá ser conseguido na medida em que as forças democráticas descubram os meios de fazer chegar ao maior número possível de militares brasileiros a sua posição crítica em relação ao regime imposto ao país em 1964, e a política militar dele oriunda. Mais ainda, elaborar um programa contendo os princípios fundamentais de uma solução democrática para a crise profunda em que a ditadura jogou o nosso país. Em outras palavras, trata-se de romper a barreira de «proteção» em que a ditadura, paciente e conscientemente, envolveu os militares. Romper o «apoliticismo» destes e o caráter cegamente doutrinário e antidemocrático de sua formação atual. Sejamos bem conscientes de que não se trata de uma tarefa simples e fácil. Muito pelo contrário. Mas se o conjunto das forças democráticas conseguir isto, ou seja, conseguir que a massa de militares anônimos comece a participar do debate político que se desenvolve no país, terá conseguido então atingir de alguma forma o *calcanhar de Aquiles* do principal inimigo das liberdades: a política do imperialismo e sua variante fascista. E por quê? Simplesmente porque a reação, partindo da constatação óbvia de que não existe instituição impermeável às contradições que se desenvolvem na sociedade, procura afastar ao máximo os militares do contato com os processos sociais.

Num longo e paciente trabalho, a reação

aperfeiçoou e tornou mais sofisticados os tradicionais mecanismos de classe e que consistem em, vestindo indivíduos com uniformes militares, procurar borrar sua identidade como cidadão, aniquilar sua personalidade, transformar seu caráter e afastá-los, ao máximo, de sua origem social. Para garantir que a massa de militares recrutados majoritariamente no seio do povo possa seguir atuando como guarda pretoriana de um regime que oprime esse mesmo povo a serviço dos monstruosos projetos do grande capital nacional e estrangeiro, a reação afastou-os como pôde do convívio crítico com a realidade da sociedade em que vivem. Com isso, trataram de contrapo-los, como um corpo sólido, a essa mesma sociedade.

Em íntima relação, e como complemento desse processo, procurou motivar os militares ideologicamente, confundindo seus sentimentos como patriotas, e reduzindo tão somente ao culto dos símbolos a compreensão de conceitos essenciais, como Pátria, Nação, Patriotismo, Segurança Nacional, Desenvolvimento, etc., além de paulatinamente ter estimulado ao máximo certos «privilégios de casta». O que leva muitos militares a sobrepor seus interesses de corporação aos da comunidade a que «juridicamente» devem servir.

Esses (e muitos outros) «mecanismos» constituem tão somente os instrumentos que a reação utiliza para criar as condições propícias à aplicação, com êxito, de sua política militar. O conhecimento e a análise crítica, em profundidade, dessa política militar reacionária, torna-se hoje uma necessidade para o conjunto do pensamento democrático brasileiro. Esse conhecimento e essa análise devem em seguida ganhar os quartéis, fundir-se com as correntes de pensamento militares que desde há algum tempo vêm desenvolvendo uma plataforma crítica em relação ao regime imposto em 1964 e a tudo o que ele representa em termos de opção econômica, social e política. Entendendo e criticando com profundidade a política militar da reação e do imperialismo, as forças democráticas estarão dando passos importantíssimos para atingir o isolamento da minoria fascista e entreguista que detém o comando real das Forças Armadas.

A estreiteza e o caráter extremamente reacionário da política militar do fascismo saltam à vista dia após dia, tornando muito mais fácil o seu desmascaramento junto à grande maioria de militares apolíticos, mas patriotas e bem-intencionados. Desde 1964, essa política tem orientado seus esforços em três direções principais: 1) o expurgo consequente de militares progressistas e democratas; 2) o doutrinamento sistemático da grande massa militar, através dos postulados primários, mas exaustivos, da chamada «doutrina de segurança nacional» e 3) a paulatina corrupção da alta hierarquia militar (como resultado do processo de criação em nosso país do complexo militar-industrial) e seu engajamento na defesa dos escandalosos projetos do grande capital.

Superando as posições do antimilitarismo vulgar, as forças democráticas devem vencer-se de que estão criadas as condições, depois de 14 anos de ditadura, para passar à ofensiva, no próprio seio militar, visando ao desmascaramento do profundo caráter anti-nacional e impatriótico da política militar reacionária. Vejamos porque.

O expurgo sistemático dos militares progressistas deu-se sobretudo em função do

clima criado com o golpe de Estado, favorável à difusão de uma histena anticomunista primária que, por sua vez, encontrou terreno fértil no quadro antidiluviano montado pela propaganda imperialista em nosso país. Em seguida, o recurso sistemático à perseguição e exclusão dos militares progressistas foi-se apoiando cada vez mais numa concepção profundamente estreita da disciplina militar, que termina por confundir-la totalmente com a obediência cega aos pensamentos políticos, aos designios e, sobretudo, aos interesses econômicos e políticos da alta hierarquia das Forças Armadas.

Essa situação começa já hoje a provocar mal-estar na massa de militares que não encontra formas de exprimir-se criticamente sobre um regime criado e mantido em seu nome. Em relação ao doutrinamento do corpo armado, vamos nos contentar em apontar a «miserabilidade» atual da chamada «doutrina de segurança nacional». Esse amontoado de postulados primários, sistematicamente impostos à massa dos militares em nome de um desenvolvimento econômico que não teve outro objetivo senão o de transformar o Brasil num oceano de miséria e superexploração, jamais deixou tão claro como hoje, à vista de qualquer patriota, seu conteúdo verdadeiramente antinacional, antipopular e entreguista.

Enquanto reservou aos tecnocratas a tarefa de transformar a máquina estatal num «comitê de gestão dos negócios do grande capital monopolista, o imperialismo e a reação interna procuraram transformar as instituições armadas num corpo de «capitães do mato» com a função de manter e consolidar a «ordem» das multinacionais. Ou mais precisamente, a ordem do fascismo, cujo aspecto fundamental é a exploração ilimitada da mão-de-obra barata do nosso povo, além da dilapidação impiedosa de nossas riquezas naturais. Retomando as melhores tradições de nossa história militar, já não são poucas as vozes que se erguem nos quartéis contra a utilização das instituições armadas como companhia de capatazes a serviço dos projetos criminosos das multinacionais.

Cresce no meio militar, embora de forma ainda difusa e tímida, a consciência de que a corrupção sistemática da alta hierarquia militar se constitui no perigo maior de quantos rondam a soberania nacional. Ao pensamento democrático brasileiro cabe hoje o desmascaramento dos processos em que o grande capital paulatinamente funde os interesses, o prestígio e as fortunas pessoais dos figurões da alta oficialidade com os grandes e mirabolantes negócios de suas empresas. O que faz, na prática, com que a Segurança Nacional se reduza à segurança dos negócios altamente lesivos do imperialismo e à insegurança crescente da verdadeira Nação, o povo trabalhador de nosso país.

Ao aspecto crítico da política militar de oposição, deve-se juntar o aspecto criador, ou seja, como garantir que o corpo de militares, pelo menos em sua maioria, não venha no futuro novamente a ser utilizado para mais uma aventura de tipo fascista? A respeito a essa indagação só poderá ser encontrada na elaboração conjunta de uma política militar democrática que seja a expressão das forças que hoje estão interessadas e lutam, dentro e fora dos quartéis, pela liquidação efetiva do regime ditatorial. As idéias que temos a respeito das direções principais de uma possível política militar democrática ficam para uma outra ocasião.

H. Santos